



**REQUERIMENTO N.º 040, DE 2017**

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º, da CF; art. 64, §3º, da CE/MS; art. 2º da Lei 1.579 de 18-03-1952, seja oficiado à **J&F Investimentos S/A** requisitando informações, a serem prestadas no prazo de 5 dias corridos a contar do recebimento da notificação, sobre se houve ou não: **(a)** suspensão das atividades da empresa na cidade de Presidente Epitácio, SP, com a transferência das atividades desenvolvidas naquela cidade para a cidade de Naviraí, MS; **(b)** remanejo do abate e desossa de Maringá/PR para Naviraí/MS; nos termos dos compromissos assumidos por sua controlada JBS S/A (CNPJ 02.916.265/0076-87), como contrapartida pela concessão do benefício fiscal objeto do Termo de Ajuste de Regime Especial (TARE) n.º 1028/2014, firmado com a Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul.


**Justificativa**

A análise do Termo de Ajuste de Regime Especial (TARE) n.º 1028/2014, firmado entre JBS S/A (CNPJ 02.916.265/0076-87), que é controlada pela J&F Investimentos S/A (CNPJ n.º 00.350.763/0001-62), e a Secretaria de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul demonstra que, como contrapartida pela concessão do benefício fiscal, a beneficiária assumiu o compromisso de **“suspender integralmente as atividades da unidade de Presidente Epitácio/SP, transferindo a planta paulista para a unidade de Naviraí/MS, bem como remanejar o abate e desossa de Maringá/PR para Naviraí/MS”**.

Ocorre que, apesar de ter usufruído do benefício fiscal na forma especificada no TARE n.º 1028/2014, não existe prova do cumprimento dessas obrigações.

Diante disso, conclamo os nobres Deputados a aprovar o requerimento requisitando informações supramencionadas.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2017.

  
Paulo Correa  
Deputado Estadual – Presidente da CPI